

**FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**ANA CLARA DAL'COL BENEVIDES**

**AS CONTRIBUÇÕES DE CHANEL PARA O MOVIMENTO  
FEMINISTA**

**VITÓRIA  
2017**

ANA CLARA DAL'COL BENEVIDES

**AS CONTRIBUÇÕES DE CHANEL PARA O MOVIMENTO  
FEMINISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Direito da Faculdade de Direito de Vitória – FDV, como requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Me. Yumi Maria Helena Miyamoto

VITÓRIA  
2017

ANA CLARA DAL'COL BENEVIDES

## **AS CONTRIBUÇÕES DE CHANEL PARA O MOVIMENTO FEMINISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Direito da Faculdade de Direito de Vitória – FDV, como requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito.

Aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Profª Me. Yumi Maria Helena Miyamoto  
Faculdade de Direito de Vitória  
Orientadora

---

Profº  
Faculdade de Direito de Vitória

## RESUMO

O movimento feminista é assunto cada vez mais frequente nas mídias, inclusive no ramo da moda, sendo válido ressaltar que a participação do vestuário em prol da emancipação feminina começou há décadas com a atuação de Gabrielle Bonheur “Coco” Chanel (1883-1971). Chanel concedeu diversos tipos de liberdades e mobilidades ao dia a dia da mulher, além de representar a mulher moderna no sentido pessoal e profissional. Para além do vestuário, Chanel quebra paradigmas entre a segregação de gêneros e mitiga caracterizações entre feminino e masculino, num cenário após a Primeira Guerra Mundial. Neste contexto, utilizou-se a metodologia fenomenológica heideggeriana, à luz da teoria de Bourdieu em “A Dominação Masculina” (2002), para formular a conclusão sobre em que medida Chanel, através de suas ações na esfera pública, pelo trabalho criativo com a moda feminina, e na esfera privada, por não escolher o caminho tradicional feminino, casamento e filhos, contribuiu para promover a emancipação das mulheres e equidade de gênero.

**Palavras-chaves:** 1. A assimetria de poder entre Gêneros; 2. Movimento Feminista; 3. Gabrielle Coco Chanel

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>p. 5</b>
<b>1 A ASSIMETRIA DE PODER ENTRE GÊNEROS .....</b>	<b>p. 7</b>
<b>2 O PROTAGONISMO DE CHANEL: Subvertendo os papéis sociais femininos .....</b>	<b>p. 22</b>
<b>3 A MODA CHANEL E A REVOLUÇÃO DOS PAPEIS FEMININOS: Contribuições para o movimento feminista .....</b>	<b>p. 32</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>p. 40</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>p. 42</b>

## INTRODUÇÃO

Ao observar o atual cenário da moda, em sentido amplo, nota-se a crescente inclusão de assuntos referentes aos direitos das mulheres e a busca pela quebra de padrões sociais, sob o viés da inclusão e da igualdade. Entretanto, cabe ressaltar que este movimento, ainda que tímido e simbólico, começou há décadas, com as inovações no ramo do vestuário feminino protagonizadas pela estilista Gabrielle Bonheur “Coco” Chanel (1883-1971). Assim, Chanel representará e atuará para emancipação feminina ao conceder tipos de liberdades e mobilidades ao dia a dia da mulher.

Diante deste contexto, tem-se como pressuposto para elaboração desta pesquisa que Chanel inicia uma grande revolução no vestuário feminino e quebra paradigmas entre a segregação de gêneros. Nota-se uma mulher independente, em amplos sentidos, que pensava por si só em como tornar a vida das mulheres mais simples. Antes da Primeira Guerra Mundial, não era cogitado pensar no bem-estar da mulher, nem mesmo o seu conforto ou independência. Além disso, própria personalidade e sua história dotada de liberdades de escolha, já a torna um passo em prol da emancipação feminina e do empoderamento.

Logo, a presente pesquisa analisou o vestuário como signo de transformações sociais simbólicas, o qual externou a ruptura de características históricas e culturais de determinada sociedade e período de tempo. Ao analisar as criações de Chanel, mergulha-se na história da humanidade e é possível pontuar evoluções para igualdade entre gêneros. Além do mais, no contexto histórico em que Chanel exerce sua atividade profissional, após a Primeira Guerra Mundial, é quando surge a mulher moderna, a qual buscará maior independência e direitos.

Neste contexto, o objetivo da pesquisa será responder à seguinte indagação: em que medida Chanel através de suas ações na esfera pública, pelo trabalho criativo com a moda feminina, e na esfera privada, por não escolher o caminho tradicional feminino, casamento e filhos, contribuíram para promover a emancipação das mulheres e equidade de gênero?

Para tanto, o trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo buscou-se analisar a existência da assimetria de poder entre homens e mulheres e a distinção dos papéis sociais masculinos e femininos por conta das diferenças biológicas. Em decorrência disso, ao homem era destinado o espaço público e ao confinamento da mulher ao espaço privado das relações domésticas. O segundo capítulo expôs o contexto histórico em que Chanel viveu e atuou, além de relacionar as suas inovações no vestuário feminino com marcos históricos e sociais. Por sua vez, o terceiro capítulo aprofunda as contribuições de Chanel para o movimento feminista e as enquadra na base teórica utilizada, de forma a concluir que a Chanel foi protagonista no movimento de emancipação das mulheres, oportunizando possibilidades de formas de liberdade e expressão, além de mitigar a segregação dos espaços e entre gênero e as caracterizações entre o feminino e o masculino.

Adotou-se como marco teórico, as reflexões de Pierre Bourdieu sobre a origem e perpetuação da assimetria de poder entre homens e mulheres para a compreensão dos distintos papéis sociais masculinos e femininos.

A metodologia fenomenológica heideggeriana (HEIDEGGER, 2006, p. 56) foi escolhida como fio condutor da presente pesquisa na medida em que, por seus pressupostos de ser algo comum e de permitir a mudança, desvelou-se que a *práxis* adotada por Chanel, tanto na sua vida pessoal, quanto profissional, de superação das desigualdades de gênero, contribuiu de forma relevante para a emancipação das mulheres e a equidade de gênero.

## 1 A ASSIMETRIA DE PODER ENTRE GÊNEROS

A partir da modernidade e das transformações históricas nas relações sociais desprendidas neste período, a condição de ser humano ganha relevância para nortear os direitos humanos, num viés de igualdade entre pessoas. Isso porque, de acordo com Yumi Maria Helena Miyamoto e Aloísio Krohling (2012, p. 19), os direitos humanos são determinados de acordo com escolhas socioculturais, com ponderação do contexto histórico e que, até então, distinguia pessoas de alguma forma.

Afinal, como afirma Comparato (2010, p.148-149), não foi a Revolução Francesa que estabeleceu preceitos sobre igualdade entre pessoas por distinguir os sujeitos de direito. Ressalta-se que direitos e liberdades individuais eram exclusivos homens brancos de determinada classe social. Dessa forma, reitera a exclusão das mulheres como indivíduos dotados de voz, direitos e liberdades, ainda que as mesmas tivessem contribuído de forma significativa para o estopim da Revolução. Contudo, pondera-se sobre o alijamento das mulheres nesse processo de libertação, “[...] não que houvesse uma deliberada intenção para esta segregação feminina, apenas que, culturalmente, as mulheres não tinham voz política, já que destinadas ao espaço privado das relações domésticas” (MIYAMOTO: KROHLING, 2014, p. 462)

Para justificar a assimetria de poder historicamente presente nas relações sociais entre gêneros, é necessária profunda análise sobre as variáveis manifestações desta desigualdade e a sua possível origem. Ainda mais importante, caberá analisar a sua perpetuação no espaço/tempo, conseqüente da reprodução histórica e naturalização de teorias sobre inferioridade feminina, que, em verdade, carecem de real justifica biológica ou científica.

Neste sentido, Pierre Bourdieu (2002, p. 18) assume que a assimetria de poder entre os gêneros sequer é dotada de justificação, sendo perpetuada ao longo da história de forma neutra e natural, de forma a determinar papéis adequados para cada sexo. Tal reprodução de modelo imposto é até mesmo repetido por mulheres, ainda que de maneira inconsciente, sustentando as relações de poder intactas devido a incorporação da “ordem natural das coisas”. Isso porque, com a naturalização da

visão androcêntrica, o sistema passou a dispensar qualquer justificação para manter-se, não sendo sequer necessário discursos para legitimá-la.

Ainda cabe refletir sobre a dificuldade de percepção e triagem sobre o que faz parte do sistema da dominação masculina, pois o mesmo se tornou complexo e entranhado na história da sociedade. A divisão proveniente da dominação masculina se materializou no mundo social de tão forma ampla, que passou a funcionar como verdadeiros “[...] sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação” (BOURDIEU, 2002, p. 17).

A ratificação da divisão entre gêneros também é perpetuada graças às instituições clássicas, que exercem poderes sobre a condução de uma sociedade, como a Igreja, o Estado e as escolas. E, de forma ampla, a reprodução ocorreria graças a “[...] imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça” (BOURDIEU, 2002, p. 18), mediante atuações no espaço de trabalho, na própria estrutura do espaço de forma geral e até mesmo a estrutura do tempo:

É a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos” (BOURDIEU, 2002, p. 18).

A diferença entre os sexos seria originada de “algo natural”, inerente ao ponto de vista biológico e, inclusive, a distinção física e entre os órgãos sexuais. A princípio, esta simples distinção seria plausível e suficiente para sustentar que tratamento desigual no plano social (BOURDIEU, 2002, p. 20). Entretanto, nota-se tal distinção se resumiria apenas a elementos biológicos em si e que, na verdade, seria construída uma visão carregada de “acentuação de diferenças ou obscurecimento de semelhanças”, em que se buscaria a prevalência do físico masculino sobre o feminino, justificando o tratamento social desigual de um gênero sobre outro, apenas por sua diferença biológica.

Logo, é válido aprofundar análises a respeito dos simbolismos criados a partir das diferenças biológicas. Como o Bourdieu (2002, p. 25.) exemplifica, a própria cintura feminina, assim como elementos rígidos do vestuário para valorizar o atributo, funcionariam como símbolos de “[...] fechamento do corpo feminino”. Tal fechamento se manifestaria também no plano das ações corporais, como por meio de “[...] braços cruzados sobre o peito, pernas unidas e vestes amarradas”. Ainda, a cintura seria uma barreira para proteção da vagina, o objeto mais sagrado do corpo feminino, a qual deve contar com regras de limitações, sendo seu contato consagrado.

Ainda é curioso notar que, a despeito da naturalização da divisão entre os sexos e suas caracterizações, nota-se que o “ser homem” é de certa forma algo neutro, em comparação com o “ser mulher”, que é algo caracterizado (BOURDIEU, 2002, p. 18). Assim, como desdobramento desta construção social, cria-se as características do “ser mulher”, resultando também na objetificação de seus corpos. Os índices de feminilização se transcrevem em todas as manifestações sociais, principalmente nas formas de se vestir e de se comportar, baseados na arte de “se fazer pequena” (BOURDIEU, 2002, p. 39).

Ainda sobre a suposta neutralidade masculina, entende Carla Bassanezi Pinsky (2009) que, em estudos sobre a experiência masculina foi possível notar que a mesma é tida como categoria neutra, ao contrário da experiência feminina, dotada de caracterizações. E, ainda, o feminino foi posicionado e definido a partir da sua relação com os homens. Logo, Pinsky (2009) pondera que as relações entre gênero adquiriram *status* semelhantes a categorias como classe e raça, assim, sua análise se tornou imprescindível em estudos que abordam mudanças sociais.

Além da arte de se fazer pequena, os elementos para ser mulher são definidos a partir de uma cadeia complexa de aspectos do confinamento simbólico. O confinamento simbólico é assegurado até mesmo pelas roupas escolhidas para serem femininas (BOURDIEU, 2002, p. 39). O vestuário de épocas mais antigas reflete muito bem a rigidez corporal imposta exclusivamente à mulher, mediante roupas rígidas e com o objetivo de dissimular o corpo, como por exemplo, os espartilhos, que tinham a função de afunilar a cintura e imobilizar o tronco.

Além de dissimular o corpo, determinadas vestimentas femininas funcionavam como limitadoras de movimentos, “[...] como os saltos altos ou a bolsa que ocupa permanentemente as mãos, e sobretudo a saia que impede ou desencoraja alguns tipos de atividades (a corrida, algumas formas de se sentar etc.)” (BOURDIEU, 2002, p. 39). E, uma terceira função das vestimentas era de causar preocupações constantes, “[...] como no caso das jovens que puxam seguidamente para baixo uma saia demasiado curta, ou se esforçam por cobrir com o antebraço uma blusa excessivamente decotada, [...]” (BOURDIEU, 2002, p. 39), ou ainda, naquelas situações em que as mulheres “[...] têm que fazer verdadeiras acrobacias para apanhar no chão um objeto mantendo as pernas fechadas”. (BOURDIEU, 2002. p. 39-40).

Exemplifica-se, ademais, que até a própria maneira de movimentar ou posicionar o corpo estariam relacionadas à moral e aos bons costumes. Para as mulheres estariam reservadas as poses e posturas mais rígidas, como sentar de perna fechada, comprovando a contenção que lhes convêm e protegendo o que lhes é sagrado (o corpo e a vagina). Enquanto, poses e posturas mais relaxadas, “[...] como se balançar na cadeira ou por os pés sobre a mesa”, seriam exclusivas aos homens, e tais poderes eram totalmente afastados do bom costume desejado à mulher” (BOURDIEU, 2002. p. 40).

Além disso, a feminilidade seria o oposto de virilidade e juventude, os quais seriam poderes exclusivamente masculinos. Logo, para se afirmar como feminina a mulher deveria “[...] evitar todas as propriedades e práticas que podem funcionar como sinais de virilidade”. Ou seja, a mulher ideal deveria renegar toda e qualquer manifestação de poder, sendo-lhes reservada a posição passiva (BOURDIEU, 2002. p. 118).

Assim, com as características pré-definidas e desejáveis de como as mulheres devem ser e agir, elas são levadas a uma forma de “dependência simbólica”, que passam a integrar o seu próprio ser (BOURDIEU, 2002. p. 82). Ainda que de forma inconsciente, as mulheres tendem a buscar a aprovação social sobre sua feminilidade, que deverá ser reconhecida mediante índices de sua simpatia, afabilidade, docilidade, dentre outras formas de submissão simbólica.

Sendo um objeto que carece de aprovação social, a pressão também reflete e comprova a objetificação de seu corpo. Assim, as mulheres são induzidas a um conceito de corpo ideal, em contradição com seu corpo real. Tal pressão também reflete nas escolhas de como a mulher irá se vestir, de forma a valorizar seus atributos ou criar ilusões dos mesmos. De modo a dissimular os próprios corpos, as mulheres “[...] estão continuamente orientadas em sua prática pela avaliação antecipada do apreço que sua aparência corporal e sua maneira de portar o corpo e exibi-lo poderão receber” (BOURDIEU, 2002. p. 83).

Diante desse contexto, exalta-se a objetificação e a cultura do corpo feminino, criando um sistema de percepção que faz as próprias mulheres a olharem para si mesmas como objetos estéticos. Logo, começam a se preocupar em demorado com as aparências e aprovação social, que dependerá de elementos como “beleza, elegância do corpo, vestes e postura” (BOURDIEU, 2002. p. 119).

Em resumo, o ato de ser mulher é proveniente de uma espécie de “cerco invisível”, o qual limita os movimentos e deslocamentos do corpo feminino ao espaço privado, em contraposição aos homens, que detêm livre acesso no espaço público (BOURDIEU, 2002. p. 39). Sobre o tema, o autor pontua a dualidade entre ambientes públicos e privados, e as consequências na divisão de características dos sexos em diversos espaços sociais, pois,

Elas estão inscritas na fisionomia do ambiente familiar, sob a forma de oposição entre o universo público, masculino, e os mundos privados, femininos, entre a praça pública (ou a rua, lugar de todos os perigos) e a casa (já foi inúmeras vezes observado que, na publicidade ou nos desenhos humorísticos, as mulheres estão, na maior parte do tempo, inseridas no espaço doméstico, à diferença dos homens, que raramente se vêem associados à casa e são quase sempre representados em lugares exóticos), entre os lugares destinados sobretudo aos homens, como os bares e os clubes do universo anglo-saxão, que, com seus couros, seus móveis pesados, angulosos e de cor escura, remetem a uma imagem de dureza e de rudeza viril, e os **espaços ditos "femininos", cujas cores suaves, bibelôs e rendas ou fitas falam de fragilidade e de frivolidade.** (BOURDIEU, 2002, p. 72, grifo nosso).

Ao perceber as relações matrimoniais e a sua lógica privada, principalmente nas décadas passadas, conclui-se o teor político e econômico do casamento. As mulheres funcionavam como objetos de troca e serviam para reproduzir o capital simbólico dos homens. Bourdieu (2002. p. 86-87) denomina esta lógica de

“economia de trocas simbólicas”, que é um dos instrumentos para perpetuar as relações de dominação do homem sob a mulher.

Já, no ambiente do trabalho e político, os homens foram destinados a traçar caminhos dotados de poder, dominando as atividades sociais, públicas, políticas ou de representação. Ou seja, atividades que realmente fazem a diferença num cenário externo, numa *vida activa*. Enquanto o trabalho das mulheres se resume a atividades dos bens simbólicos e objetivos de troca, principalmente matrimoniais (BOURDIEU, 2002. p. 60). Assim, nota-se a divisão do mundo do trabalho, mais especificamente:

O mundo do trabalho está, assim, repleto de pequenos grupos profissionais isolados (serviços de hospital, gabinetes de ministérios etc.) que funcionam como quase famílias, nos quais o chefe do serviço, quase sempre um homem, exerce uma autoridade paternalista, baseada no envolvimento afetivo ou na sedução, e, ao mesmo tempo, sobrecarregado de trabalho e tendo a seu encargo tudo que acontece na instituição, oferece uma proteção generalizada a um pessoal subalterno, principalmente feminino (enfermeiras, assistentes, secretárias) assim encorajado a um investimento intenso, muitas vezes patológico, na instituição e naquele que a encarna. (BOURDIEU, 2002. p. 73).

Sobre a divisão do trabalho, Miyamoto e Krohling (2012, p. 22) expõem que tal divisão advém de composição social de gênero no lugar da discriminação biológica sexual, de maneira a contribuir para um olhar crítico a respeito da segregação do trabalho. Assim, é executado por mulheres e por homens mediando “[...] privilégio de papéis sociais discernidos pelo gênero”. E ainda em decorrência da perspectiva de gênero, “[...] a própria dicotomia das relações do público e do privado passa a ser discutida, considerando que, tanto as experiências quanto as teorias patriarcais, conduzem a relevantes resultados concretos derivados da separação sexual do trabalho” (MIYAMOTO; KROHLING, 2012, p. 22).

Portanto, notam-se diversos desdobramentos ocasionados pela divisão entre “ambiente público vs. ambiente privado” no que diz respeito à segregação entre gêneros. A delimitação de tais espaços é aprofundada por Hannah Arendt, em sua obra “A condição Humana, demonstrando que as atividades básicas e fundamentais do ser humano em sua *vida activa*, dividem-se em labor, trabalho e ação. O trabalho estaria relacionado à manutenção da vida, o labor seria a produção de algo novo, enquanto a ação consiste na vida pública e política.

Ainda no que diz respeito à ação, conclui-se que esta é prerrogativa exclusiva do homem, ao mesmo tempo em que para ser exercida depende da “[...] constante presença de outros” (ARENDR, 2009, p. 15). Pontua-se que a ação corresponde à pluralidade das atividades humanas, sendo esta uma condição à vida política, ao mesmo tempo em “[...] todos os aspectos da vida humana têm alguma relação com a política” (ARENDR, 2009, p. 15).

Neste contexto, Arendt suscita o conceito de *animal socialis* de Aristóteles fundado a partir da própria história e que remete à vida social como algo inerente à condição humana. Além do conceito do homem como *zoon logon ekhon*: um ser vivo dotado de fala, que se utiliza de palavras e persuasão para exercer o ser político (ARENDR, 2009, p. 31).

Com o desenvolvimento da *polis* e da vida em sociedade de forma social e política, constituem-se as disparidades e a segregação entre as esferas públicas e privadas, mediante análise entre a *polis* e a família. A família e a política seriam instituições distintas em espaços distintos, enquanto que a esfera social é elevada em sua consideração, já que “[...] não era nem privada nem pública no sentido estrito do termo, é um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna e que encontrou sua forma política no estado nacional” (ARENDR, 2009, p. 37).

No que tange à superação das necessidades e carências provenientes da vida em família, esta seria uma condição para a liberdade na *polis*, onde o homem não se submeteria ao comando de outros. Logo, a liberdade se encontraria num cenário social e político. Enquanto, na esfera da família, a liberdade inexistente, por causa da submissão dos comandos de um chefe de família. Este, por sua vez, seria o detentor de uma espécie “poder pré-político” ao comandar a sua família (ARENDR, 2009, p. 41).

Outro ponto a se indagar é a divisão dos papéis entre homens e mulheres desde os primórdios da sociedade, legitimada pela naturalização. Assim, reservando os ambientes e tarefas privadas às mulheres, Arendt afirma que:

O fato de que a manutenção individual fosse tarefa do homem e a sobrevivência da espécie fosse sobrevivência da mulher era tido como óbvio; e ambas estas funções naturais, o labor do homem no suprimento dos alimentos e o labor da mulher no parto, eram sujeitas à mesma premência da vida. Portanto, a comunidade natural do lar decorria da necessidade: era a necessidade que reinava sobre todas as atividades exercidas no lar (ARENDR, 2009, p. 40).

Em resumo, divide-se a *polis* como cenário de possíveis igualdades, ainda que meramente políticas, e liberdades entre os homens. Enquanto a desigualdade e a falta de liberdade eram reservadas ao ambiente familiar, principalmente às mulheres, onde apenas o chefe de família detinha poderes, além da liberdade em deixar o lar e buscar a vida política na *polis* (ARENDR, 2009, p. 42).

Além do mais, Arendt preconiza o incentivo à coragem como exclusivo ao homem, que deveria possuí-la para deixar o lar em busca de se aventurar pela vida política e negócios, porém, apenas depois de ter os assuntos da casa e da família resolvidos. A coragem é tida como virtude política (ARENDR, 2009, p. 45-46). Numa análise mais abrangente, também se identifica o incentivo ao trabalho e a luta apenas aos homens: os detentores da esfera pública e da vida política, a *polis*.

A esfera privada, relacionada à privação, se resume à família e a casa. Assim, a mulher se encontrava em meio à privação de atividades “verdadeiramente humanas”, sem ser ouvida ou vista. Assim, se a esfera pública é destinada apenas a homens-cidadãos, e a mulher é excluída da esfera pública, conseqüentemente, da vida política e do universo labor e do trabalho, pode-se afirmar que ela não é uma agente *activa* no mundo. Ainda cabe pontuar que a *vida activa* é abarrocada de tradições, dotada de pontos históricos específicos.

Assim, a mulher foi socialmente posicionada em ambientes privados e suas ocupações eram decorrentes apenas deste ambiente, uma tradição reproduzida mediante a naturalização dos papéis sociais.

O conceito de *vida activa* de Arendt assemelha-se ao chamado *universo das coisas sérias* para Bourdieu, em que as mulheres seriam excluídas do ambiente público e das atividades fundamentais as quais regem o poder diretivo do dia a dia:

Excluídas do universo das coisas sérias, dos assuntos públicos, e mais especialmente dos econômicos, as mulheres ficaram durante muito tempo confinadas ao universo doméstico e às atividades associadas à reprodução biológica e social da descendência; atividades (principalmente maternas) que, mesmo quando aparentemente reconhecidas e por vezes ritualmente celebradas, só o são realmente enquanto permanecem subordinadas às atividades de produção, as únicas que recebem uma verdadeira sanção econômica e social, e organizadas em relação aos interesses materiais e simbólicos da descendência, isto é, dos homens. (BOURDIEU, 2002, p. 116).

De forma a aprofundar ainda mais a origem da segregação dos espaços público e privado, é pertinente abordar a obra de Jean Pierre Vernant, “As Origens do Pensamento Grego” (2002). Além de expor questões relacionadas à história e formação da cultura grega, se dedica a expor o surgimento da *polis* e da filosofia, mediante a associação da palavra como manifestação política nata. Assim, a *polis* representaria uma “verdadeira invenção”, capaz de mudar a organização social por completo, e a palavra se transformaria numa forma justa de debates e argumentações, em que não há uma soberania absoluta (VERNANT, 2002, p. 53-54).

Além disso, é na *polis* onde ocorreriam as “[...] manifestações mais importantes da vida social”, sendo públicas as discussões sobre a cultura comum, como técnicas, conhecimentos e valores (VERNANT, 2002, p. 55). Entretanto, para sua própria existência, a *polis* deveria ser um espaço público em oposição à existência de um espaço privado:

Pode-se mesmo dizer que a *polis* existe apenas na medida em que se distinguiu um domínio público, nos dois sentidos diferentes, mas solidários do termo: um setor de interesse comum, opondo-se aos assuntos privados; práticas abertas, estabelecidas em pleno dia, opondo-se a processos secretos (VERNANT, 2002, p. 55).

Diante a formação de tal cenário, a palavra adquiriu uma força sem precedentes, permitindo o desenvolvimento de discussões políticas, baseadas na força da persuasão. E, dessa maneira, a leis da *polis* passa a exigir métodos de cunho dialético e dotados razão lógica (VERNANT, 2002, p. 56). Assim, a valorização dos debates e das práticas públicas no cotidiano da vida social tornam a *polis* o ambiente ideal à formação da filosofia (VERNANT, 2002, p. 64).

Cabe ressaltar que os homens integrantes da *polis* eram vistos de forma isonômica entre si, pois somente os semelhantes entre si poderiam se reunir em comunidade, ainda que de diferentes origens. Este vínculo se manifestaria com relações recíprocas, e não hierárquicas:

Apesar de tudo o que os opõe no concreto da vida social, os cidadãos se concebem, no plano político, como unidades permutáveis no interior de um sistema cuja a lei é o equilíbrio, cuja norma é a igualdade. Essa imagem do mundo humano encontrará no século VI sua expressão rigorosa num conceito, o de *isonomia*: igual participação de todos os cidadãos no exercício do poder (VERNANT, 2002, p. 65).

A partir da análise da origem da segregação dos espaços público e privado, cabe suscitar a obra “O Poder do Macho” (1987) de Heleieth I. B. Saffioti, a qual segue linha de pensamento semelhante à de Bourdieu em “A Dominação Masculina” (2002), anteriormente exposta.

Tendo como base que é a sociedade dita as áreas em que a mulher pode ou não se envolver, mediante escolhas socioculturais, Saffioti expõe a delimitação do seu espaço de atuação feminina ao privado. Porém, além de delimitar, a sociedade investe em naturalizar o processo de distinção entre os sexos. Isso quer dizer que são feitos esforços para “se fazer crer” que a mulher é designada ao espaço doméstico.

A autora traz à reflexão de que a perpetuação da distinção social se baseia num pré-conceito. Isto é, quando determinada ideia, não-científica, é resultante do jogo de interesses presentes na vida social, da defesa de privilégios, da correlação de forças político-sociais. Logo, tem-se o pré-conceito como pilar da distinção gênero.

É, portanto, não-científico, relacionada a ideias falsas, ilegítimas, discriminatórias que, exatamente por apresentarem tais características, preservam posições de mando e também, é óbvio, seus ocupantes (SAFFIOTI, 1987, p. 28).

Assim, o mito da inferioridade social da mulher é milenar e transmitido por práticas sociais, como na educação em suas diversas formas e nos relacionamentos em

geral. De acordo com Saffioti (1987, p.29), tal construção social se consolida em polos, demonstrando relação de dominação-exploração.

Mulher dócil é contrapartida de homem macho. Mulher frágil é contraparte de macho forte. Mulher emotiva é a outra metade de homem racional. Mulher inferior é a outra face da moeda de macho superior (SAFFIOTI, 1987, p. 29).

No início dos anos 1900, a distinção entre os papéis sociais era ainda mais rígida, devido à herança da sociedade patriarcal ainda em processo de lenta transformação na sociedade francesa. O êxodo rural ainda começaria a alterar de vez a vida dos campos e das cidades de forma mais intensa no período de 1914-1918 (Primeira Guerra Mundial).

Ao desenvolver o mito da inferioridade feminina e seus extensos reflexos na sociedade, Saffioti (1987, p. 30) demonstra que a submissão feminina vai muito mais além do campo do trabalho e do vestuário – itens supracitados. A relação dominação-exploração se inicia muito antes na vida da mulher, tendo como berço as suas próprias famílias. Uma mulher já nascia e era criada para ser boa esposa e mãe, sendo como meta de vida casar e procriar: as áreas onde são permitidas atuar. Desde cedo são preparadas para transitar em entidades familiares: a primeira é de nascença, e a segunda é a do casamento.

Ressalta-se que, na maioria das vezes, naquela época, a mulher sequer escolhia quem seria a sua segunda família. Tradicionalmente o pai de família escolher o esposo cujo sua filha dedicaria a vida. Nota-se, mais uma vez, a mulher sendo “a escolhida”, sem ter o direito a fazer escolhas quanto ao seu destino, inclusive familiar.

Tal análise prática comprova a teoria desenvolvida por Saffioti (1987, p. 34), quando a autora cita como características desejáveis para mulher a resignação, a emoção e a fragilidade. Quanto à resignação e o sofrimento como destino natural da mulher, Saffioti pontua que:

A resignação, ingrediente importante da educação feminina, não significa senão a aceitação do sofrimento enquanto destino da mulher. Assim, se o

companheiro tem aventuras amorosas ou uma relação amorosa estável fora do casamento, cabe à esposa resignar-se (SAFFIOTI, 1987, p. 35).

Outro ponto que reflete a mulher como “a escolhida”, diz respeito à fidelidade ao homem a todo custo e a negação de seus prazeres. De antemão, vale ressaltar que o adultério masculino era socialmente aceito (SAFFIOTI, 1987, p. 36), e o feminino era sequer cogitado como normal, devendo até mesmo a esposa infiel ser morta em nome da honra de seu esposo. O homem era livre e a esposa deveria ser fiel, ainda que seu marido não fosse. A mulher não deveria estar preocupada com seus prazeres sexuais. Além do mais,

sendo obrigada a assumir o papel de vítima, a encarnar a figura da sofredora, a mulher sente-se culpada quando se pilha desfrutando do prazer. Assim, o prazer transforma-se em desprazer. Por vias distintas, tanto o homem quanto a mulher são castrados na dimensão prazerosa da vida, ainda que o saldo negativo seja incomparavelmente maior para os elementos femininos (SAFFIOTI, 1987, p. 36).

Nota-se uma contradição social ao se aceitar o esposo infiel e ao repudiar a mulher amante. Neste cenário, tem-se a figura da amante como infratora de normas, visto que não sucumbe à dominação masculina imposta pela sociedade, demonstrando que o homem não detém de mais liberdade ou poder de escolha do que uma mulher. E que a mesma não deve ignorar seus próprios prazeres. Ao ser amante, mitiga-se à “castração da mulher” e exalta-se a busca pelo prazer, deixando a desejada resignação e submissão feminina de lado (SAFFIOTI, 1987, p. 28).

Interessante ressaltar que, de forma semelhante, a autora Mary Wollstonecraft, expõe a realidade feminina em “Reinvindicação dos Direitos das Mulheres” (2016) durante os anos 1700. Ainda numa época em que era impensável a mulher ser independente do homem ou obter seu sustento mediante sua própria força de trabalho num ambiente público, é possível perceber a jornada feminina em busca de voz e reconhecimento como demorou muitos anos para evoluir.

Cabe ressaltar que Wollstonecraft desenvolveu sua teoria durante século 18, quando eram discutidos assuntos como iluminismo, Revolução Francesa e direitos individuais. Ressalta-se que as declarações de direitos da época só incluíam o homem como cidadão detentor desses direitos, excluindo as mulheres como

destinatárias de direitos, ainda que as mesmas tivessem participado ativamente para o estopim da Revolução.

Neste aspecto, reafirma-se a exposição de Comparato (2010, p.148-149), de que a Revolução Francesa não foi o marco que estabeleceu preceitos sobre igualdade entre pessoas por distinguir os sujeitos de direito. Afinal, os direitos e liberdades individuais eram exclusivos homens brancos de determinada classe social, reiterando, mas uma vez, a exclusão das mulheres como indivíduos dotados de voz, direitos e liberdades.

Wollstonecraft discorre sobre a importância de se falar sobre o assunto da história das mulheres e afirma que é apenas dando relevância a determinado tema é que se percebe a sua importância intrínseca. Para tal conclusão, Wollstonecraft compara as mulheres com “escravos dóceis”, ou seja, indivíduos passivos que devem buscar o conhecimento, aguçar a razão, levantar a cabeça e se desfazer de regras que oras foram lhe impostas pela sociedade (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 77).

Ainda sobre a relevância da formulação da história das mulheres, PINSKY (2009) aponta que diversos historiadores já atentavam para o perigo da exclusão das mulheres em antigos trabalhos sobre História Geral. Por exemplo, mulheres que realizaram grandes feitos ou invenções não ficaram tão conhecidas quanto os homens, não obtendo tanto reconhecimento social. De maneira geral, a história das mulheres sempre explicitou a segregação de espaços e da organização da vida social.

Mary Wollstonecraft sugeriu que a invisibilidade das mulheres no cenário social e político, é decorrente da própria estrutura da sociedade criada para afastar mulheres do universo da razão e das tomadas de decisões:

Não voltarei aos remotos anais da Antiguidade para traçar a história da mulher; é suficiente admitir que ela tem sido sempre ou uma escrava, ou uma déspota e assinalar que cada uma dessas situações retarda igualmente o progresso da razão. Em minha opinião, a grande fonte do vício e da insensatez femininos é a estreiteza da mente, e a própria constituição dos governos civis tem colocado obstáculos quase insuperáveis para impedir o cultivo do entendimento feminino; no entanto, a virtude não pode basear-se em outros fundamentos! (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 80).

Assim como Bourdieu posicionou a inferioridade da mulher na “ordem natural das coisas”, que se repete de forma natural e age no mundo social como “sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação” (BOURDIEU, 2002, p.17), a autora Mary Wollstonecraft analisa a dificuldade do discernimento sobre a verdade, já que cada indivíduo constitui um mundo em si mesmo, cheio de inconscientes e pensamentos tendenciosos à reprodução de modelos impostos (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 78).

Além do mais, o próprio cultivo do entendimento é mais difícil de ser criado e exercido no universo feminino do que no masculino, exatamente porque as mulheres foram destinadas para sentimentos e o homem para razão (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 78).

Nesse sentido, Wollstonecraft (2016, p. 78) indaga sobre a instituição do casamento como sendo o objetivo principal da vida adulta feminina. Logo, a mulher nasce e se prepara para casar, numa forma de migração entre ambientes privados. Assim, questiona-se o modelo de casamento preponderante em sua época, que se enquadra perfeitamente ao conceito de “economia de trocas simbólicas” desenvolvido por Bourdieu (2002, p.56-57) em que a mulher funciona como objetos de troca a reproduzir o capital simbólico do homem. Wollstonecraft bem descreveu já no século 18:

Na classe média, para dar continuidade à comparação, os homens na juventude são preparados para as profissões, e o casamento não é considerado o grande feito de sua vida; enquanto as mulheres, ao contrário, não têm outro projeto para aguçar as faculdades. Não são os negócios, longos planos ou quaisquer divagações ambiciosas que ocupam seu tempo; seus pensamentos não são empregados em criar conjecturas tão nobres. Para elevar-se no mundo e ter a liberdade de correr de um prazer a outro, elas devem casar-se vantajosamente, e a esse objetivo seu tempo é sacrificado, e sua pessoa, com frequência, prostituída legalmente. Quando um homem entra em uma profissão, tem em vista alguma vantagem futura (e a mente ganha grande força ao direcionar todos os esforços para um único fim) e, atribulado com os negócios, considera o prazer um simples descanso; já as mulheres procuram o prazer como o principal propósito da existência. De fato, devido à educação que elas recebem da sociedade, o amor pelo prazer, pode-se dizer, domina-as por completo; mas isso prova que as almas têm sexo? (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 86).

A partir de então, também é possível concluir que o foco do destino das mulheres é o casamento, enquanto os homens são incentivados ao sucesso profissional. Assim,

pode-se relacionar tais afirmações de Mary com a análise trazida por Bourdieu sobre as relações sexuais, em que as mulheres tendem a associá-las com afetividade, enquanto os homens exercem suas formas de dominação e demonstram potencialidades (BOURDIEU, 2002, p.30).

Mary Wollstonecraft afastou a razão como virtude desejável à mulher, a qual careceria do poder de discernir e agir, perpetuando sua dependência de um homem, ser virtuoso e detentor da razão. Nesta estrutura social, as mulheres seriam reservadas apenas as características negativas, como “paciência, docilidade, bom humor e flexibilidade”, as quais são incompatíveis com qualquer exercício vigoroso do intelecto” (WOLLSTONECRAF, 2016, p. 84).

De maneira semelhante, Hannah Arendt pontuou o incentivo à coragem e ao trabalho como virtudes exclusivas aos homens, que foram destinados a conduzir o ambiente público, abrangendo todo o poder sobre a vida social e política. Assim, os homens seriam os dominadores a vida *activa* e as tomadas de decisões (ARENDR, 2009, p. 45-46).

Apenas a partir da modernidade e das transformações históricas nas relações sociais desprendidas neste período, a condição de ser humano ganha relevância para nortear os direitos humanos, num viés de igualdade entre pessoas. Isso porque, de acordo com Miyamoto e Krohling (2012, p. 19), os direitos humanos são determinados de acordo com escolhas socioculturais, com ponderação do contexto histórico e que, até então, distinguia pessoas de alguma forma.

## **2 O PROTAGONISMO DE CHANEL: SUBVERTENDO OS PAPÉIS SOCIAIS FEMININOS**

Ao observar o atual cenário da moda, em sentido amplo, nota-se a crescente inclusão de assuntos referentes aos direitos das mulheres e a busca pela quebra de padrões sociais, sob o viés da inclusão e da igualdade. Entretanto, cabe ressaltar que este movimento, ainda que tímido e simbólico, começou há décadas, com as inovações no ramo do vestuário feminino protagonizadas pela estilista Gabrielle Bonheur “Coco” Chanel (1883-1971).

Típica “menina do interior”, Gabrielle nasceu no ano de 1883 na comuna francesa de Saumur, sendo filha de uma lavadeira e de um comerciante informal de roupas. A família não possuía moradia fixa, migrando por alojamentos de diferentes cidades, devido ao trabalho do pai. Aos 12 anos, após a morte de sua mãe, ela e sua irmã foram para um orfanato religioso, o Colégio Nossa Senhora da Misericórdia. Aos 18 anos, decide viver numa pensão exclusiva para moças católicas, o Institut Notre-Dame de Moulins, onde acabou aprimorando suas habilidades como costureira.

No início dos anos 1900, Chanel começa a se inserir no cenário da alta sociedade francesa, realizando aparições como cantora no La Rotonde, ainda em Moulins. Neste café-concerto, se viu cercada por jovens oficiais e começa a se relacionar com Etienne Balsan (1880-1953), um herdeiro de uma fábrica de tecidos. Durante certo tempo, ele hospeda Chanel em seu castelo perto de Compiègne, e acredita-se que eles foram amantes, ainda que por um curto período de tempo. Assim, ao se mudar para os arredores de Paris e ao conviver com esportes, principalmente o hipismo, Chanel começa a se desenvolver como uma mulher “elegante, austera, de racionalidade quase militar” (SILVA, 2006, p. 24).

Após a morte de Balsan, Chanel se dedica com mais afinco a “[...] trabalhar para ser livre, mas não na horizontal” (BAUDOT, 1999, p. 5). Já inserida no cenário da alta sociedade, Chanel se dedica a criar chapéus e acessórios simplificados ao extremo, em contraposição à atual moda da época, que ditava adornos como rendas, pérolas

e brilhantes. Como consequência de seu trabalho peculiar, Chanel passa a reinventar conceitos, inclusive o de juventude (BAUDOT, 1999, p. 5-6).

Por volta de 1909, Chanel conhece Arthur Capel que, apesar de ser casado com uma inglesa, Chanel novamente se situou na posição de amante e, neste caso, ainda o considerou como “o amor de sua vida”. Juntos mantiveram um relacionamento longo e irregular por cerca de dez anos. Até que, em 1919, Capel morreu num acidente de carro.

No que diz respeito à sua vida amorosa, nota-se uma mulher sem vínculos com a instituição do casamento, além de ter sido amante por mais de uma vez. Apenas por esses motivos, a figura de Chanel já representava em si uma subversão aos padrões. As mulheres de sua geração eram nascidas para casar, terem filhos e se tornarem boas-moças para seus maridos, se enquadrando nas regras criadas por uma sociedade majoritariamente patriarcal. Assim, cuidavam dos filhos e eram subordinadas às vontades de seus maridos.

No que diz respeito à sua vida profissional, Chanel se viu livre de ser sustentada financeiramente por um homem, como era comum em sua época. Após a morte de Capel, Chanel abriu sua primeira “casa de costura”, iniciando o caminho para sua independência financeira e sucesso profissional. Diga-se de passagem, um sucesso proveniente de seus próprios méritos e esforços. Ela era a mente criadora dos seus produtos e, com o passar do tempo, se tornou uma verdadeira empresária e suas criações eram consumidas pela burguesia, no período entre guerras (BAUDOT, 1999, p. 5-6).

Chanel, além de vender seus famosos chapéus, começou a se aprimorar ainda mais no ramo do vestuário, desenvolvendo outras peças de roupa voltadas exclusivamente para as necessidades femininas. Algumas vezes, tais peças foram inspiradas no guarda-roupa masculino e, em outras, as peças foram criadas tendo como base a realidade exclusiva das mulheres. Antes de aprofundar a análise sobre suas criações, pontua-se aqui uma frase icônica de Chanel, a qual servirá como busca pelo conforto feminino: “O conforto possui formas. Uma saia é feita para se cruzar as pernas e uma manga para se cruzar os braços”.

Cabe ressaltar que, antes da Primeira Guerra Mundial, durante a *belle époque*, o vestuário clássico da mulher francesa era luxuoso, regado de rendas, babados, plumas e chapéus. Os vestidos cheios de “frufus” exerciam a função de adornar a desejada delicadeza feminina e demonstrar sua afabilidade e passividade como indivíduo. Valorizava-se a rigidez corporal, adquirida por meio de espartilhos e de métodos para enrijecer o tronco feminino. Além dos adornos e das vestimentas estruturadas, pontua-se o uso de sapatos também rígidos e desconfortáveis, além de bolsas seguradas à mão, tornando as mulheres da época atraentes, apesar de não usufruírem de nenhum conforto e de firmarem a “cultura do corpo feminino”.

Cabe pontuar que à época pré-Primeira Guerra nota-se a cintura da mulher foi ainda mais marcada, como nunca antes. Ocorria constante busca de elementos para conceder impressão da menor circunferência possível na região, como espartilhos e vestidos com troncos estruturados. Neste aspecto, faz-se cabível a análise do Bourdieu, em “A Dominação Masculina, especialmente sobre a cintura feminina que, assim como as vestes amarradas, constituem símbolo do “fechamento do corpo feminino” (BOURDIEU, 2002, p. 25).

Chanel rompe com o conceito de vestuário como mero adorno e sinônimo de *status* social, ao evidenciar o conceito de um vestuário funcional, atemporal e elegante. Além do mais, Chanel é um marco que simboliza a ruptura do vestuário que cumpria a função social de imobilizar a mulher, e de roupas exclusivamente voltadas para valorizar as desejáveis características femininas, como a afabilidade, docilidade e sentimentos.

Chanel, no início de sua carreira, além de produzir chapéus, começa a criar e vender roupas desportivas, e após muito observar a prática do hipismo, desenvolve calças femininas, com modelos largos e soltos no corpo, impopulares à época. De início, Chanel buscou tornar mais confortável o ato de mulheres montarem em cavalos, pois, com o uso de vestidos e saias as mulheres se encontravam limitadas e impedidas de atingir melhor desempenho e prazer no esporte. Além da funcionalidade e versatilidade das calças, as quais permitiam maior conforto no dia a dia de trabalho. Chanel foi uma das primeiras mulheres do mundo a usar calças e foi a responsável por popularizá-las.

Em contraposição aos vestidos de “frufus”, suntuosos e de estrutura rígida, Chanel lança vestidos pretos e básicos como peças de desejo. Cabe contextualizar o ambiente de luto e recessão proveniente da Primeira Guerra Mundial, em que se priorizou cores sóbrias e escuras, contribuindo para um vestuário feminino mais sério e discreto, deixando de lado a afabilidade e tons dóceis das roupas. Além disso, em contraposição aos comprimentos longos e saias posicionadas acima dos quadris até os pés, Chanel priorizou saias e vestidos lisos e retos, que deixassem à mostra o tornozelo das mulheres, em sinal de conforto e liberdade, para que a cultura de roupas compridas, que acobertam por demasiado o corpo feminino, fosse abandonada cada vez mais.

Como truque de estilo, Chanel opta por formar looks “chique pobre” (SILVA, 2006, p. 27), contribuindo também para conceder leveza e discrição ao ato de adorna-se. Como exemplos, destacam-se o uso de colares de pérolas combinados com uma simples camisola de malha, ou sob uma roupa de tweed para passear a cavalo (BAUDOT, 1999, p. 10).

Além do antigo vestuário rígido, os acessórios também exalavam imobilidade. Como citado acima, na *belle époque*, prevaleciam os sapatos estruturados e desconfortáveis, além dos modelos de bolsas que deviam ser segurados apenas pelas mãos. Chanel cria a bolsa a tiracolo de *metalassê*, libertando o movimento das mãos femininas, antes restritas a segurar o objeto, e que agora poderiam ser livres para executar novas funções.

Ainda, em contraposição às restrições da liberdade, Chanel cria modelos de sapatos visando maior conforto no “ir e vir” das mulheres, como as sapatilhas e o *mocassim*, diminuindo o tamanho dos saltos e arredondando os bicos, de maneira a instigar a liberdade de locomoção das mulheres, além de facilitar o dia a dia fora de casa e em espaço público, que começava a ser visado.

Além do mais, pontuasse que, antes, o modelo calçado *mocassim* era exclusivo aos homens, assim como o *cardigã* e o *blazer*. Ao inserir peças originariamente masculinas no guarda-roupa feminino, Chanel contribui para apaziguar o binômio entre os sexos, além de repaginar conceitos sobre “o que é de homem e o que é de mulher”.

A título de exemplo da simbologia de suas peças, cita-se a história do *tailleur*, e que, analisado numa perspectiva social, é enriquecedora. Enquanto as mulheres se vestiam para valorizar seus corpos e seus sentimentos dóceis, os homens se vestiam para engradecer sua seriedade como indivíduos, dotados de razão e inteligência.

Logo, o “terno” era um modelo exclusivamente masculino, associado à tal seriedade. Chanel lançou o “*tailleur*”, modelo de roupa feminina inspirado nos ternos masculinos. Ainda, nos dias de hoje, usar terno ou *tailleur* representa tal seriedade e se tornou vestimenta obrigatória para demonstrá-la, como exemplo do próprio universo jurídico: é a roupa típica dos(as) advogados(as). Assim, Chanel distancia o sentimentalismo no vestir feminino e concede igual poder de razão e seriedade às mulheres.

Além de suas criações no vestuário, Chanel revoluciona padrões estéticos. A própria em seu próprio visual estético ao usar cabelos curtos e retos, mostrando a nuca – o eternizado “corte Chanel”. Ressalta-se o simbolismo do corte do cabelo, o qual era valorizado por demasiado em sociedades mais antigas, podendo representar até mesmo a força e o poder individual. Na *belle époque*, usavam-se os cabelos presos acima da cabeça; Chanel observou que, para substituir os homens nas fábricas e trabalhar fora de casa, as mulheres obteriam facilidade de conforto ao optar por cabelos mais curtos e soltos e, assim, lançou a moda (SILVA, 2006, p. 26).

Cabe ressaltar que, em busca de maior discricção, até mesmo o tamanho dos chapéus diminuíram após a Primeira Guerra. Criou-se o chapéu *cloche*, especialmente para acompanhar os cabelos curtos e os novos penteados da época, como o “*la garçonne*”. Antes, os penteados também eram estruturados, acima da cabeça. Depois, passaram a ser abaixo da cabeça e com menos rigidez.

Além de adotar o corte de cabelo curto, Chanel era magra, suscitando um visual andrógono. Havia boatos de que Chanel “[...] parecia e se vestia como um homem”. Mas, na verdade, ela mitigou o conceito de feminino e masculino. Ou seja, de forma pessoal, contribui diretamente para distanciar características antes exclusivas de homens. O visual de Chanel representou, por si só, uma afronta aos padrões e

restrições da sociedade em que circulava. Neste aspecto, ainda vale a reflexão de que para serem vistas com seriedade, as mulheres deviam sim, ao menos, parecer como homens.

Interessante ressaltar que, em meados dos anos 1930, com um público sedento de suas criações e adeptas ao “estilo de vida Chanel”, a própria Chanel se posiciona como modelo de suas criações, além de divulgar e representar o conceito de sua própria marca, se tornando um verdadeiro ícone para a sociedade. Ela afirma que inventou a moda e a roupa-esporte para si, sendo “a primeira mulher do século XX” (BAUDOT, 1999, p. 9-12).

Ainda, para análise profunda da representação de Chanel como inspiração para a sociedade e como empresária de destaque, pontua-se a originalidade de suas criações, que exalavam personalidade e individualização, elementos que passam a ser visados e desejados na vida das metrópoles (SIMMEL, 1973, p. 20). O autor atenta, também, para o processo de especialização em serviços, já que isto é que levaria a “[...] diferenciação, o refinamento e o enriquecimento das necessidades do público, o que obviamente deve conduzir ao crescimento das diferenças pessoais no interior desse público” (SIMMEL, 1973, p. 20).

Logo, a partir da Primeira Guerra Mundial e do fenômeno Chanel, as mulheres passaram a se vestir visivelmente de forma mais discreta e retilínea, sem a ampla valorização das curvas e de estruturas que, praticamente, as imobilizavam. Baudot (1999, p. 15) destaca que, mulheres, mundo a fora, passaram a aderir em massa o *Chanel Look*, que continha “[...] casacos soltos, não estruturados, blusas em seda, correntes douradas, saias transpassadas, bolsa de *metalassê* a tiracolo para deixar as mãos livres, escarpin de ponta preta etc.”.

Em relação ao contexto histórico em que se situa a atividade revolucionária de Chanel, cabe analisar com mais profundidade o fenômeno da Primeira Guerra Mundial e suas consequências no universo feminino. Este evento foi de extrema importância para os primeiros passos para a mulher se inserir de vez no ambiente público, além de adquirir maiores liberdades individuais.

Antes da Primeira Guerra Mundial, notava-se ainda mais rígida a estrutura patriarcal da sociedade. A autora Michelle Perrot, em seu livro “Minha história das Mulheres”, dedica um capítulo somente ao tema “O Trabalho das Mulheres” (2015, p.109-132). Neste capítulo, a autora introduz o tema afirmando que as mulheres sempre trabalharam, ainda que na ordem doméstica e de forma não remunerada. Somente a partir dos séculos XVIII-XIX, devido ao fenômeno da industrialização, inicia-se a discussão do trabalho assalariado das mulheres.

De acordo com Perrot (2015, p.109-132), quase metade das mulheres da França eram camponesas antes da Segunda Guerra Mundial, ligadas aos trabalhos rurais. Assim, elas eram silenciadas numa rígida sociedade patriarcal, em que as tarefas eram divididas de acordo com o gênero e sua hierarquia. As mulheres se dedicavam aos cuidados casa e dos filhos, enquanto os homens ao seu provimento material. As mulheres exerciam as atividades “corporais”, como criar animais, enquanto os homens as mais intelectuais, como negociação e trocas.

A vida no campo e a sociedade, de forma geral, começam a se modificar, principalmente devido à influência do mercado, da comunicação e da industrialização, que surgiam cada vez mais fortes. O êxodo rural se tornou típico e foi intensificado graças à ação das guerras no período de 1914-1918.

Tal transformação histórica contribuiu para esvaziar os campos da França na época e, conseqüentemente, a transferir certas tarefas e poderes as mulheres, graças à ausência de seus maridos dentro dos lares. Também surge a necessidade de complementar a renda familiar e a gerir questões que demandavam um poder de decisão jamais experimentado antes pelas mulheres, as meras “donas do lar”. Assim, os papéis familiares, definidos anteriormente exclusivamente devido ao gênero, passam a ser mitigados, principalmente após a Primeira Guerra Mundial.

Além disso, as mulheres mais jovens que migravam dos campos para as cidades vislumbravam uma vida com maiores liberdades, desejando a distância de uma sociedade patriarcal e tão rígida. Neste cenário da sociedade francesa, encontrava-se a personagem Gabrielle Coco Chanel, nascida no ano de 1883 na comuna de

Saumur e futuramente se posiciona no centro urbano de Paris, cuja história foi melhor detalhada no início desta Capítulo.

Já, no que tange à influência da Guerra nas criações de Chanel, cabe ressaltar que se trata de um período de recessões e contenções de gastos. Dessa forma, é cessada a busca por artigos de luxos. Este motivo colaborou com o fato de Chanel se dedicar à criação de um vestuário mais simplificado e a utilização de novos materiais para criação das roupas, a exemplo do *jersei*, que era tipicamente usado por classes mais baixas, como nos uniformes das fábricas. Mais uma vez, contrapondo a até então moda da época, quando a renda era o tecido mais desejado e se valorizava elementos e adornos supérfluos na forma de se vestir.

Ressalte-se que, de maneira geral, a ostentação do luxo, além de incompatível financeiramente no pós-guerra, passou a ser tornar não tão bem vista moralmente. Como bem resume as icônicas frases de Chanel: “O luxo tem que ser confortável ou não é luxo” e “o luxo não é o oposto da pobreza, mas da vulgaridade”.

Ainda cabe ressaltar que, por ser um período de guerra, muitas mulheres, independente da classe social, estavam saindo do ambiente privado para trabalhar em cargos antes exclusivos aos homens, como nas indústrias. Logo, a utilização de novos materiais para confecção de roupas femininas foi perfeitamente cabível ao momento histórico, quando Chanel buscou materiais mais confortáveis e menos sofisticados para suas criações.

Por ser um período de recessões, tornou-se necessária a complementação de renda familiar, e muitas mulheres iniciam o trabalho fora do lar. Um dos motivos que colaborou para a mitigação da mulher no espaço doméstico foi à ausência dos homens em razão da guerra. Antes, o trabalho feminino era quase que exclusivo ao ambiente privado. O período de guerra proporcionou chances de as mulheres, em maior quantidade, começarem a assumir os primeiros passos para o trabalho externo e para a contribuição financeira para o sustento familiar. Assim, proporcionando o início ao acesso do ambiente público, ainda que de forma tímida.

De maneira geral, quanto ao contexto histórico de Chanel, conclui-se que, no cenário pós-Primeira Guerra Mundial, emergiu-se a mulher moderna, com a expansão de independências e poderes femininos, como o trabalho fora de casa e a valorização do indivíduo em si. Assim, influenciou-se até mesmo a subjetividade na beleza feminina, em que se observa como uma mulher se veste, e não exatamente o que ela veste. A individualidade e a personalidade própria passam a ser desejáveis, assim como a busca por tomar as rédeas perante o próprio corpo (LIPOVETSKY, 2000, p. 164-165).

Ainda, observa-se grande mudança na ótica das relações humanas, que eclodiram com influência da expansão do capitalismo e das relações consumeristas, além de revoluções científicas e tecnológicas. Assim, as mudanças socioculturais decorrem também de rupturas em outras áreas. Observa-se a revolução histórica na identidade feminina e em relações de gêneros, mediante o “princípio de livre governo de si” e “nova economia de poderes femininos” (LIPOVETSKY, 2000, p. 231).

Neste contexto, cabe enquadrar Chanel como um primórdio da terceira mulher, de acordo com a teoria de Lipovetsky em “A Terceira Mulher” (2000). Antes do surgimento da terceira mulher, as mulheres eram quase que totalmente subordinada aos homens, sem sinais de independências. O autor subdivide a primeira mulher em totalmente submissa ao homem, seria crucificada por ser sedutora e excluída das funções “nobres”, que eram exclusivamente masculinas. Já a segunda mulher possuiria alguns reconhecimentos no que tange à maternidade e à criação dos filhos, mas ainda seria fortemente idealizada e definida em relação ao homem, além de subordinada a ele.

Já a terceira mulher emerge “[...] em busca de afastar a subordinação e a dependência de algum homem, assumindo o controle de seu destino e deixando de se preocupar cada vez mais sobre o que os homens desejariam como a mulher ideal” (LIPOVETSKY, 2000, p. 232). De acordo com o autor, são traços da terceira mulher: “[...] a desvitalização do ideal da mulher no lar, legitimidade dos estudos e do trabalho femininos, direito de voto, descasamento, liberdade sexual, controle da

procriação: manifestações do acesso das mulheres à inteira disposição de si, em todas as esferas da existência” (LIPOVETSKY, 2000, p. 236).

Chanel enquadra-se no conceito de terceira mulher, pois sequer submeteu-se à instituição do casamento, inclusive, sendo amante por algumas vezes. Assim, conquistou sua independência financeira e amorosa, mediante atuação e desenvolvimento de seu trabalho, por conta própria e em espaço público. Cabe ressaltar Chanel como uma “ovelha negra”, porque como regra geral “[...] o casamento e a maternidade eram tratados como pontos culminantes da vida da mulher, razão mesma de sua existência” (LUCA, 2013, p. 452).

Assim, com a popularização de representantes da “terceira mulher”, o discurso midiático sobre a realidade feminina começa a se transformar ao poucos. Quando os primeiros sinais de maior liberdade da mulher começaram a aparecer, a mídia os condenava. Entretanto, com cada vez mais mulheres saindo de casa para trabalhar e se preocupando com a vida pessoal e a busca de independências, as próprias revistas femininas passam a se preocupar em dialogar com uma mulher cada vez mais preocupada com a vida profissional (LUCA, 2013, p. 454). Logo, mitiga-se cada vez mais o foco sobre o lar e o ambiente doméstico, e comprava-se uma mudança social quanto às relações de gênero, além da relativização do ambiente público e privado.

### **3 A MODA CHANEL E A REVOLUÇÃO DOS PAPEIS FEMININOS: CONTRIBUIÇÕES PARA OS MOVIMENTOS FEMINISTAS**

No cenário de intensas mudanças nas relações humanas, graças ao mundo moderno, a vida e as criações de Chanel são repletas de simbologias, que culminam numa revolução no universo feminino e na mitigação da segregação de gêneros. De forma geral, a moda Chanel concede liberdade à mulher e ao corpo feminino, além de sinais de virilidade e juventude. Chanel devolve as mulheres “[...] a liberdade das dançarinas egípcias, das pastoras da Grécia antiga, das crianças selvagens em seus uniformes escolares”, na análise de Baudot (1999, p. 9) sobre a moda criada por Chanel.

Bourdieu (2002, p. 17) esclarece que o fechamento do corpo feminino é apenas um dos integrantes do confinamento simbólico a qual as mulheres estão inseridas, devido à ampla e complexa reprodução de “[...] sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação”. A partir da análise dos padrões de vestuário feminino dominante antes das criações de Chanel, conclui-se que o confinamento simbólico se manifesta nas roupas escolhidas como ideal para mulheres. Logo, a quebra dos padrões impostos constitui legítima libertação ao citado confinamento.

Antes da Primeira Guerra Mundial e das criações de Chanel, o vestuário típico da *belle époque* francesa refletia de forma clara a rigidez corporal imposta exclusivamente à mulher, mediante roupas rígidas e com o objetivo de dissimular o corpo, como por exemplo, os espartilhos, que tinham a função de afunilar a cintura e imobilizar o tronco.

Dentre outras estratégias para conceder leveza e conforto ao vestuário feminino, Chanel aboliu as vestimentas rígidas e tecidos robustos, introduzindo peças de linhas retas, tecidos leves e modelagens soltas ao corpo. Aqui, cabe ressaltar a dimensão simbólica a respeito da cintura não marcada, proveniente da ruptura com a tradição de roupas rígidas, que culmina num importante marco da libertação feminina. Por meio de inovações no guarda-roupa feminino, Chanel concedeu poder de escolha e liberdade física sobre o próprio corpo. Isso porque, de acordo com

Bourdieu, a cintura feminina, assim como as vestes amarradas, estabelecia símbolos do “fechamento do corpo feminino” (BOURDIEU, 2002, p. 25).

Além do fechamento do corpo, a teoria de Bourdieu expõe como funções do vestuário a dissimulação do corpo e a limitação de movimentos em geral, “[...] como os saltos altos ou a bolsa que ocupa permanentemente as mãos, e sobretudo a saia que impede ou desencoraja alguns tipos de atividades (a corrida, algumas formas de se sentar etc.)” (BOURDIEU, 2002, p. 39-40). Tais elementos dissimuladores ou limitadores não fizeram parte da moda Chanel, pois, como exposto anteriormente, suas peças eram leves e soltas ao corpo, além de ter criado a calça feminina. Além disso, Chanel tira o salto alto da moda, ao introduzir sapatilhas e *mocassins*, dando prioridade aos bicos arredondados e modelos confortáveis. Ela também cria opções de bolsa a tiracolo, exatamente para poder desocupar as mãos femininas.

Além de tudo, adiciona-se ao confinamento feminino a constante pressão para aprovação social, a qual Chanel não sucumbiu por nenhum momento de sua história pessoal e profissional. A pressão por aprovação se manifesta de forma ampla, além de requisitos comportamentais, reflete na hora de se vestir e de apresentar o próprio corpo. Assim, como pontua Bourdieu, as mulheres “[...] se vêem obrigadas a experimentar constantemente a distância entre o corpo real, a que estão presas, e o corpo ideal, do qual procuram infatigavelmente se aproximar” (BOURDIEU, 2002, p. 83). Dessa maneira, não é assustador observar técnicas e elementos para dissimular o corpo, como o espartilho, dentro outros utensílios desconfortáveis.

Diante desse contexto, exalta-se a objetificação e a cultura do corpo feminino, criando um sistema de percepção que faz as próprias mulheres a olharem para si mesmas como objetos estéticos. Logo, começam a se preocupar em demasiado com as aparências e aprovação social, que dependerá de elementos como “[...] beleza, elegância do corpo, vestes e postura” (BOURDIEU, 2002, p. 119). Nota-se que essa preocupação é mitigada de diversas maneiras com a atuação de Chanel, além de que, tratava-se de uma época em que a mulher começara a ter novas preocupações provenientes da época de guerra.

As criações de Chanel remetem à liberdade simbólica e física adquirida pela mulher. Tal conforto ao se vestir, além de conceder poderes sobre o próprio corpo e movimento, retira restrições antes impostas às mulheres como ideal e as permite atuar no dia a dia trabalho com maior facilidade, seja por usar vestimentas leves, sapatos baixos, tornozelos à mostra e até mesmo um cabelo curto. O cabelo curto aderido por Chanel, por si só, é dotado de simbolismos, pois ela o aderiu com a clara intenção de influenciar ao conforto do trabalho feminino, principalmente nas fábricas, assim como usufruía os homens.

Chanel, além do cabelo curto, era magra. A combinação de suas características físicas, assim, como o uso de “roupas masculinas”, suscitava um visual andrógono e que, de acordo com os padrões da época, a concediam “aparência de homem”. Nota-se que a divisão sobre “o que é de homem” e “o que é de mulher”, reflete de forma explícita naturalização da divisão entre os sexos e suas caracterizações, definidas de acordo com a época e contexto cultural.

Sobre a caracterização dos sexos, constitui-se incompatibilidade lógica o fato de que o “ser homem” é de certa forma algo neutro, em comparação com o “ser mulher”, que é algo caracterizado (BOURDIEU, 2002, p. 18), em que as características do “ser mulher” resultam na objetificação de seus corpos.

A título de exemplo sobre “índices de feminilização” impostos na época de Chanel seria o uso de vestimentas afáveis e estruturadas, representando a mulher ideal à época: dócil e sem mobilidade. Os espaços destinados às mulheres eram dotados de “[...] cores suaves, bibelôs e rendas ou fitas falam de fragilidade e de frivolidade”, como descreve Bourdieu (2002, p. 72). Além de que, para obterem aprovação social, as mulheres deveriam ser reconhecidas mediante “[...] índices de sua simpatia, afabilidade, docilidade, dentre outras formas de submissão simbólica” (BOURDIEU, 2002, p. 118).

Neste cenário, ainda cabe ressaltar mais uma incompatibilidade lógica sobre a necessidade de a mulher se “masculinizar” para ser valorizada em alguns ambientes, como o de trabalho. De acordo com Bourdieu, se as mulheres “[...] atuam como homens, elas se expõem a perder os atributos obrigatórios da “feminilidade” e

põem em questão o direito natural dos homens às posições de poder (BOURDIEU, 2002, p. 84)”. Contudo, “[...] se elas agem como mulheres, parecem incapazes e inadaptadas à situação” (BOURDIEU, 2002, p. 84).

Logo, se vestir ou agir “como um homem”, com vestes leves e com peças ditas como masculinas, assim como fez Chanel, seria o sinônimo de mulher livre. Além de que ela transitava por ambientes teoricamente masculinos: a independência financeira e amorosa. Chanel adotou “[...] propriedades e práticas que podem funcionar como sinais de virilidade”, contrariando todo e qualquer índice feminilidade (BOURDIEU, 2002, p. 118). Afinal, o trabalho de Chanel foi extremamente relacionado aos conceitos de juventude e conforto, simbolizando a mulher moderna (SILVA, 2006, p. 27).

Considera-se Chanel uma mulher moderna, pois, por meio das suas criações na moda se consolidou um “agente da espiral individualista”, presente na formação de sociedades complexas e cada vez mais liberais, “[...] compostas por indivíduos cada vez mais flexíveis e integrados à mudança, à efemeridade” (SILVA, 2006, p. 31). Assim, Chanel concedeu poderes através do vestuário para as mulheres conquistarem direitos de liberdades, além de exercerem o seu gosto pessoal e originalidade (SILVA, 2006, p. 31).

Além disso, Chanel é considerada uma mulher moderna ao se enquadrar nos conceitos referentes à terceira mulher, de acordo com a teoria de Lipovestky (2000, p. 232). Em geral, a terceira mulher seria aquela que busca se afastar de qualquer subordinação ou dependência do homem. Chanel assume o controle de seu destino e não se preocupa com os conceitos que a fariam uma mulher feminina e desejável por homens, além de afastar o “o ideal da mulher no lar” ao atuar no ambiente profissional e público.

Chanel contribuiu também para a “[...] legitimidade dos estudos e do trabalho femininos” (SILVA, 2006, p. 26), pois como empresária do ramo da moda, Chanel empregou mão de obra marcadamente feminina em toda sua cadeia produtiva, ajudando para que outras mulheres tivessem acesso ao trabalho fora de casa

(SILVA, 2006, p. 26). Além de que Chanel serviu como espécie de “professora” ao capacitar mulheres e suas “estudantes” para atuar no mercado da moda.

Outros conceitos sobre a terceira mulher se relacionam ao “[...] descasamento, a liberdade sexual e o controle da procriação”, representando “[...] manifestações do acesso das mulheres à inteira disposição de si, em todas as esferas da existência” (LIPOVETSKY, 2000, p. 236). Chanel não se submeteu à instituição do casamento e nem teve filhos. Assim, ao não sucumbir à lógica privada das relações matrimoniais, Chanel não funciona como objeto de troca e não colabora para reproduzir o capital simbólico dos homens, de maneira a romper com tal “economia de trocas simbólicas”, descrita na teoria de Bourdieu. Logo, rompendo com um dos instrumentos contribuintes para perpetuar as relações de dominação do homem sobre a mulher (BOURDIEU, 2002, p. 56-57).

Ainda, de acordo com sua história pessoal, Chanel foi registrada como amante por, pelo menos duas vezes. Assim, claramente representou o máximo da liberdade sexual da mulher à época. Em seu contexto histórico, as mulheres não detinham a mínima capacidade de escolha ou liberdade sexual, sendo a relação sexual diretamente associada a uma relação de dominação e esbanjando a dualidade entre homem ativo e a mulher passiva. Ao ser amante, Chanel quebra a designação ideal da mulher restrita a fidelidade a um só homem e ao ambiente privado (BOURDIEU, 2002, p.30).

Como desenvolve Saffioti em “O Poder Do Macho” (1987), a mulher deveria ser como “a escolhida” e não quem escolhe, além de manter a fidelidade ao homem a todo custo, ainda que para isso negasse os seus prazeres e felicidade própria. Afinal, a mulher não deveria estar preocupada com seus prazeres sexuais, devendo optar pela renegação e simplesmente aceitar o sofrimento (SAFFIOTI, 1987, p. 36).

Para agravar a submissão feminina, além de renegar seus prazeres, a mulher ideal deveria aceitar a traição do esposo. Ressalta-se que o adultério masculino era o único a ser socialmente aceito, enquanto o adultério feminino era sequer cogitado como normal. O homem era livre de todas as formas e restava à esposa ser fiel e afável, ainda que seu marido não fosse (SAFFIOTI, 1987, p. 36).

Neste cenário, a figura de Chanel como amante é associada a uma “infratora de normas”, visto não sucumbir à dominação masculina imposta pela sociedade e não renegar seus próprios prazeres. Assim, demonstra que o homem não detém de mais liberdade ou poder de escolha do que uma mulher. Ao ser amante, Chanel não aceita a “castração feminina” e exalta a busca pelo prazer e virilidade, rompendo com o ideal de resignação e submissão (SAFFIOTI, 1987, p. 28).

Além de conceder virilidade e poder diretivo à mulher, por meio de sua postura pessoal e criações Chanel contribui para o desfazimento das anteriores definições do que seria masculino ou feminino, ao mitigar a caracterização entre gêneros (vestuário e aparência física), além de romper com a segregação dos espaços público e privado de diversas formas (atuação profissional e liberdade sexual em sentido amplo).

É cabível, por ora, analisar a profundidade da mitigação do público e privado, sob um viés da teoria de Hannah Arendt, em “A Condição Humana” (2009). De forma resumida, a esfera privada, relacionada à privação, se resume à família e a casa. Arendt afirma que a vida exclusiva nesta esfera significa a privação de atividades “verdadeiramente humanas”, como ser ouvido e ser visto por todo ser ouvido e visto por todos numa comunidade política em que os indivíduos partilham objetivamente uma ação política num espaço comum - a *polis*.

E se a esfera pública é destinada apenas a homens-cidadãos, e a mulher é excluída da esfera pública, conseqüentemente, da vida política e do universo labor e do trabalho, pode-se afirmar que ela não é uma agente *activa* no mundo. Ainda cabe pontuar que a vida *activa* é abarrocada de tradições, dotada de pontos históricos específicos. Assim, a mulher foi socialmente posicionada em ambientes privados e ocupações decorrentes apenas deste seu próprio ambiente, como exercendo a função “dona de casa”, uma tradição reproduzida mediante a naturalização dos papéis sociais.

Ao buscar trabalhar fora do ambiente doméstico, a mulher moderna representou uma reviravolta na segregação dos espaços e entre gênero. Pois, a grande distinção entre espaços público e privado foram originados na própria existência da vida política da *polis*. Para sua própria existência, a *polis* deveria ser um espaço público em oposição a existência de um espaço privado, em que “um setor de interesse

comum, opondo-se aos assuntos privados; práticas abertas, estabelecidas em pleno dia, opondo-se a processos secretos” (VERNANT, 2002, p. 55).

Entretanto, no cenário pós Primeira Guerra, o hábito de sair de casa para trabalhar passa a ser mais recorrente na vida feminina. Dessa maneira, a mulher moderna, como Chanel, começa a comprovar que, na verdade, o espaço privado não é o inverso do espaço público. E a partir de então, graças à perspectiva de gênero, “[...] a própria dicotomia das relações do público e do privado passa a ser discutida, considerando que, tanto as experiências quanto as teorias patriarcais, conduz a relevantes resultados concretos derivados da separação sexual do trabalho” (MIYAMOTO; KROHLING, 2012, p. 22).

Ainda sobre o grande feito de assumir o trabalho na esfera pública, Chanel demonstra não serem necessários os incentivos como a “coragem, ao trabalho e a luta”, que eram exclusivos aos homens. Afinal, apenas os homens eram incentivados a deixar o lar em busca de se aventurar pela vida política e negócios. Ainda, a coragem é tida como virtude política, a qual importaria apenas para os detentores da esfera pública e da vida política na *polis*. (ARENDR, 2009, p. 45-46). Logo, os conceitos de coragem e incentivo ao trabalho são excluídos da vida de Chanel, a qual comprova que as mulheres podem exercer virtudes livremente.

Além do mais, Chanel ao não sucumbir em as “necessidades e carências provenientes da vida em família”, estaria em condição de plena liberdade para atuar na esfera pública, onde não se submeteria ao comando de outros, de acordo com a teoria de Arendt. Isso porque na esfera da família a liberdade inexistente, principalmente por existir a submissão dos comandos de um chefe de família, sempre homens. Eles seriam os detentores de uma espécie “poder pré-político” ao comandar a sua família, enquanto a liberdade se encontraria num cenário social e político (ARENDR, 2009, p. 41).

Assim, ao se inserir na esfera pública, Chanel e as mulheres modernas começam a participar de manifestações da vida social, onde ocorreriam a vida *activa* e as atividades fundamentais de poder diretivo da vida. Logo, passam a adquirir o direito à voz, já que na esfera privada inexistia. As mulheres eram destituídas da própria

palavra e do poder de persuasão, de forma a consagrar a ausência de representatividade de seus interesses e direitos na esfera pública.

Assim, ao se tornar empresária de sucesso e personalidade inspiradora, Chanel contribui para emancipação das mulheres ao lhes permitirem amplas formas de liberdade e expressão. Pois, como analisado, o vestuário feminino antes das criações de Chanel perpetuava o confinamento simbólico, o qual foi mitigado com sua atuação. Além do mais, Chanel mitigou a separação entre classes sociais, a segregação dos espaços e entre gênero e as caracterizações entre o feminino e o masculino.

Logo, conclui-se que a vida pessoal e profissional de Chanel foi de extremo valor para permitir o acesso da mulher ao ambiente público, inclusive impulsionado pelo emprego de mão de obra feminina em suas produções, contribuindo para consolidar a mulher no mercado de trabalho e inspirando-as a figura do empreendedorismo, uma mulher dona de seu próprio negócio e protagonista do seu próprio destino. A partir de então, emerge na sociedade não apenas a mulher moderna, mas a mulher dotada de elementos de emancipação para conquistas femininas em sua época e a *posteriori*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar o cenário de intensas mudanças nas relações humanas, decorrentes da época moderna, é possível afirmar que a história pessoal e profissional de Chanel são repletas de simbologias emancipatórias. Assim, sua atuação culmina numa revolução no universo feminino e na mitigação da segregação e caracterização entre gêneros, além de tornar mais tênue os limites do espaço público e privado.

A partir de análise dos padrões de vestuário feminino dominante antes da Primeira Guerra Mundial e das criações de Chanel, foi notória a presença do confinamento simbólico no vestuário feminino. Logo, as invenções de Chanel quebraram padrões impostos e constituíram libertação ao citado confinamento. Assim, suas criações remetem à liberdade simbólica e física adquirida pela mulher. Tal conforto ao se vestir concede poderes ao próprio corpo e ao movimento, além de acabar com restrições antes impostas às mulheres como ideal e as permite atuar no dia a dia trabalho com maior facilidade.

Além da libertação simbólica, outra consequência de suas criações foi à descaracterização dos elementos típicos sobre o que era de homem e o que era de mulher. Assim, também foi possível notar que os “índices de feminilização” foram perdendo importância, pois os próprios padrões desejáveis a mulher ideal foram perdendo o sentido numa sociedade em mutação, por exemplo, num cenário pós-guerra em que o trabalho feminino se tornou aceitável e essencial. Chanel também contribuiu para a legitimidade do trabalho feminino, pois empregou mão de obra marcadamente feminina em toda sua cadeia produtiva, ajudando para que outras mulheres tivessem acesso ao trabalho fora de casa.

Ainda, ao não casar e ser amante, Chanel não aceita a “castração feminina” e rompe com o ideal de resignação e submissão. Logo, após analisar aspectos apenas da vida pessoal de Chanel já é possível enquadrá-la no conceito da mulher moderna. Logo, rompe com um dos instrumentos contribuintes para perpetuar as relações de dominação do homem sobre a mulher.

Além do mais, a aprovação social já não era o objetivo da vida da mulher, que passa a adotar novas preocupações e anseios. Assim, Chanel representa a busca pelo controle de seu destino e não se preocupa com os conceitos que a fariam uma mulher feminina e desejável por homens, além afastar o “o ideal da mulher no lar” ao atuar no ambiente profissional e público. Logo, de forma geral ou específica, Chanel se enquadra no conceito da mulher moderna (a terceira mulher).

Ao buscar inserção na esfera pública, Chanel e as mulheres modernas começam a participar de manifestações da vida social, onde ocorreriam a vida *activa* e as atividades fundamentais de poder diretivo da vida. Logo, passam a adquirir o direito à voz, já que na esfera privada inexistia. As mulheres eram destituídas da própria palavra e do poder de persuasão, de forma a consagrar a ausência de representatividade de seus interesses e direitos na esfera pública.

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- BAUDOT, François. **Universo da Moda Chanel**. São Paulo: Cosak & Naify, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação dos direitos humanos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Parte I. Tradução Marcia Sá Cavalcante Schuback. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A Terceira Mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LUCA, Tania Regina. Mulher em revista. In: BASSANEZI, Carla; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.
- MIYAMOTO, Yumi Maria Helena; KROHLING, Aloisio. Direitos Humanos Fundamentais e as Ações Afirmativas na promoção da igualdade substancial de gênero. In: Elda Coelho de Azevedo Bussinguer (Org.). **Direitos Humanos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. p. 17-31.
- \_\_\_\_\_. Dos direitos das mulheres sob a perspectiva de Jean-Jacques Rousseau, Mary Wollstonecraft e Olympe de Gouges In: MEZZARROBA, Orides *et. al.* **História do Direito**. 1 ed. Curitiba: Clássica Editora, 2014, v. 29, p. 459-474.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. Tradução de Ângela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2015.
- PINSKY, Carla Bassanezi. Estudo de gênero e História Social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril/2009, p. 159-189. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v17n1/a09v17n1.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica, v. 10).
- SILVA, Iara. **COMUNICAÇÃO**: Uma leitura da complexidade da marca Chanel. 2006. 267 f. Monografia (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://meriva.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/2254/1/000385917-Texto%2BCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2017.
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. Tradução Sérgio Marques dos Reis. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.) **O Fenômeno Urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 10-35. Disponível em: <[http://www.marcoareliosc.com.br/03velho\\_completo.pdf](http://www.marcoareliosc.com.br/03velho_completo.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2017.

VERNANT, Jean Pierre. **As Origens do Pensamento Grego**. Tradução Ísis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **A reivindicação dos Direitos da Mulher**. Tradução Ivania Pocinho Motta. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.